

# Jornal da Marcha

## Marcha Mundial das Mulheres e a luta por igualdade

O 8 de março – Dia Internacional das Mulheres – é a data principal da luta feminista. O conjunto dos movimentos de mulheres toma as ruas do nosso país para reivindicar uma mudança radical na sociedade em que vivemos, o que faz com que essa data venha se tornando referência para o conjunto dos movimentos sociais.

Questionamos a combinação do machismo e do capitalismo, que mantém a opressão das mulheres a partir da exploração do nosso trabalho e do controle de nossos corpos e nossas vidas. Nossa posição é de crítica à sociedade que se organiza a partir do mercado, transformando parte importante das nossas vidas em mercadorias, que podem ser compradas e vendidas em qualquer parte do mundo.

Na América Latina, há um forte movimento de resistência a esse modelo, que contribuiu para a paralisação das negociações da Área de Livre Comércio das Américas, a Alca, e hoje, em muitos países, existem go-

vernros que buscam construir um projeto autônomo em relação à política dos Estados Unidos. O fato é que estamos em uma nova dinâmica política, de desgaste das políticas de liberalização comercial e que apontam para a possibilidade de discussão de alternativas. Para que isso ocorra, é fundamental fortalecer nossa capacidade de luta e mobilização.

Temos possibilidades concretas de mudança e o Brasil é parte desta dinâmica. Durante o primeiro governo de Lula, a MMM se organizou em conjunto com outros movimentos sociais na CMS (Coordenação dos Movimentos Sociais) e na Assembleia Popular, para pressionar o governo a romper com aspectos conservadores de sua política, como, por exemplo, a política econômica. Ao mesmo tempo, apresentamos propostas de mudanças, como na campanha pela valorização do salário mínimo.

### Mudar o Brasil com a luta das mulheres

O segundo governo de Lula se inicia marcado pelo debate em torno do crescimento econômico do país. Em janeiro de 2007, Lula apresentou o PAC – Programa de Aceleração do Crescimento – que contém uma série de ações na área econômica. Esse programa aponta para a retomada de um papel mais forte do Estado na condução da economia, por exemplo, ao direcionar os estímulos ao investimento em setores estratégicos para o desenvolvimento do país, como a infra-estrutura. Prevê investimentos direcionados para o saneamento básico, a habitação popular e a infra-estrutura urbana, beneficiando os setores populares do país. Mas, ao mesmo tempo, há o investimento em

obras de interesse das grandes empresas exportadoras que não necessariamente garantem empregos e melhorias sociais.



A questão que se coloca é a necessidade de um projeto para o Brasil que leve em consideração o conjunto dos problemas do país em termos econômicos e sociais. Isso implica em olhar para o conjunto das necessidades da população, em particular, trabalho e emprego. Se prevalecer a criação de empregos diretos essencialmente masculinos, com as grandes obras de infraestrutura, sem ofertas para as mulheres, isso pode acarretar o crescimento de sua inserção no setor de serviços, predominantemente informal. Também poderá aumentar a prostituição nas regiões das grandes obras. A indústria da prostituição é, hoje, uma das mais lucrativas em todo o mundo, e está ancorada não só na obtenção de lucro, mas, fundamentalmente, na opressão das mulheres, no controle e na violência sexista.

É fundamental debater se essa proposta de crescimento contribuirá para o enfrentamento de graves problemas tais como a violência urbana nos bairros de periferia, favelas e morros, principalmente das grandes cidades. Situação que gera a morte de milhares de jovens, em sua maioria, negros. Da mesma forma, há a questão da maternidade em adolescentes cada vez mais jovens, que é hoje uma realidade que atinge meninas de vários segmentos sociais. Em geral, os custos sociais da falta de emprego e do abandono dos estudos recaem sobre as jovens pobres e negras.

### Acabar com a pobreza, distribuir a riqueza.

A partir do feminismo, explicitamos que a satisfação das necessidades humanas deve estar no centro dos objetivos de qualquer projeto que pretenda avançar na construção de uma sociedade com igualdade.

No Brasil, precisamos de políticas voltadas para o desenvolvimento interno, e que garantam elevar o consumo de massas. Por isso, além da valorização do salário mínimo, um programa como o PAC deve estar voltado



Na Marcha, presentes a diversidade das mulheres e suas reivindicações.

### PIB

PIB é o **Produto Interno Bruto**, o cálculo em dinheiro da soma de tudo que é produzido para o mercado, em um ano.

para a produção industrial para o consumo interno, para a garantia da soberania alimentar com uma profunda reforma agrária, políticas energéticas e de infraestrutura sustentáveis e não voltadas para os mega-projetos que beneficiam as transnacionais e o agronegócio.

A política para o salário mínimo prevê o reajuste do mesmo, até 2011, a cada ano de acordo com a inflação, mais a porcentagem de crescimento do PIB de 2 anos antes. Essa política é limitada, pois o aumento real do salário mínimo nesses termos é muito pequeno.

A Marcha Mundial das Mulheres continuará em luta para alteração dessa política com o objetivo de que se estabeleça uma real política de valorização do salário mínimo. Seguiremos com nossa

proposta de que o salário mínimo seja uma medida de distribuição da riqueza e pensado como um salário para mulheres e homens trabalhadores, e não em função de um salário familiar, como se apenas uma pessoa (o homem) recebesse salário.

### O trabalho das mulheres na agenda feminista

A campanha da marcha pela valorização do salário mínimo, iniciada em 2003, é uma proposta efetiva para intervir nos rumos da política econômica de nosso país. É uma estratégia para distribuir renda, combater a pobreza, diminuir as diferenças salariais e a desigualdade entre homens e mulheres. Em 2005, das 36 milhões de mulheres consideradas ocupadas, 22 milhões e 600 mil mulheres recebiam até 2 salários mínimos (até R\$ 600,00). Entre essas mulheres, as negras e as camponesas são maioria. As empregadas domésticas eram em torno de 3 milhões que recebiam até um salário mínimo.

O trabalho e o emprego estão na base da produção, da criação de riqueza e bem-estar, e se ligam às decisões sobre o que e como produzir e como organizar a reprodução da vida humana. Sabemos que grande parte do trabalho realizado não está na economia formal. E a maioria dele é realizado pelas mulheres, seja através do trabalho doméstico, trabalho informal, trabalho para o consumo próprio, projetos de economia solidária como parte da geração de renda. É fundamental ter políticas que garantam o reconhecimento disso, com uma visão da produção e reprodução como parte de economia, para além do mercado.

Lutamos para que o cuidado da vida humana através do trabalho doméstico seja reconhecido como trabalho e não com uma obrigação natural das mulheres, em decorrência de seu amor pela família. É necessário que este seja assumido também pelos homens e que uma parte seja parte de políticas do Estado através de creches, restaurantes e lavanderias coletivos.

### Nossa luta é todo dia: somos mulheres e não mercadoria

Na sociedade de mercado, dominada pela busca incansável do lucro, há um predomínio das empresas transnacionais que vão destruindo os sistemas locais de produção, circulação e venda dos produtos. É o caso das grandes redes de supermercados. Em 2004, o Wall Mart foi a transnacional que obteve mais lucros no mundo, e ficou na frente do PIB de vários países, como Turquia, Arábia Saudita e quase todos os países da América Latina, com exceção do Brasil e do México. Para chegar a isso, essas grandes redes impõem novos hábitos alimentares baseados no consumismo e em produtos industrializados cheios de conservantes e outras substâncias prejudiciais à saúde.

A luta por soberania alimentar é a alternativa fundamental a esse modelo. Isso significa que cada povo tem o direito de deci-

dir sobre o que e como produzir, entendendo que a alimentação é produto da história e cultura, portanto, ela pode ser diferente conforme realidades diferentes. Para as mulheres, significa reconhecer e defender seu papel fundamental, desde os tempos mais remotos, na descoberta, hibridação e seleção das sementes, na construção de um amplo conhecimento que garantiu a existência de uma grande biodiversidade.

### As transnacionais e a indústria da beleza

Um outro ramo de atuação das transnacionais é na chamada indústria da beleza. Nós, mulheres, sofremos, no dia-a-dia, pressão para que estejamos sempre consumindo algo que nos tornará mais bonitas. Isso é parte de um processo de imposição de um padrão de beleza, que, em nosso país, faz culto à magreza. Esse modelo propõe o consumo de cosméticos, medicamentos, procedimentos cirúrgicos ou outras formas de intervenção sobre o corpo como o caminho para se garantir tal padrão.

Atualmente, as empresas de cosméticos desenvolvem pesquisas junto às farmacêuticas para fazer cosméticos que prometem milagres. E as que produzem remédios para emagrecer são as mesmas que produzem os antidepressivos (utilizados, na maioria dos casos, por mulheres) e também os anticoncepcionais. Então, além dessas empresas contribuírem para a imposição de um padrão de beleza, elas também lucram com o comprometimento de uma importante parte do salário das mulheres, para quem as empresas fazem esses produtos.

Em geral, essas transnacionais são conhecidas como as que oferecem empregos de qualidade. No entanto, isso ocorre apenas em uma pequena parcela, sobretudo para as funções mais valorizadas nas empresas. Na prática, as transnacionais precarizam o trabalho, utilizando mecanismos de terceirização, como é o caso da Nike e de



Mulheres indígenas presentes na Marcha Mundial das Mulheres, 8 de março de 2005.

muitas outras que produzem calçados e do ramo têxtil. Vale destacar que as condições de trabalho nessas empresas terceirizadas são muito ruins. O Wall Mart é outro exemplo. Por isso essa grande empresa é alvo da maior ação coletiva por discriminação sexual no trabalho, que pode beneficiar 2 milhões de mulheres trabalhadoras dessa poderosa transnacional.

Os mecanismos de venda direta a domicílio por empresas como Avon e Natura permitem grandes lucros às custas dos direitos das mulheres que vendem os produtos sem serem consideradas trabalhadoras. A Natura é uma empresa brasileira que distribui seus produtos no Brasil e em países da América Latina utilizando os mesmos mecanismos que a estadunidense Avon.

### Por uma vida sem violência

A violência contra a mulher é uma das maiores expressões da dominação masculina. A ideia de que as mulheres são objetos, pertencem aos homens e, por isso, é natural que sofram violência, é mantida por toda a sociedade.

Quando as mulheres sofrem violência, logo se pergunta o motivo que levou o agressor a tal comportamento, transfor-

mando-a de vítima em culpada. Ao mesmo tempo, recai sobre ela a responsabilidade de romper com a violência; quando isso não acontece, recebe o título de “que gosta de apanhar”.

A aprovação da Lei Maria da Penha é uma conquista do movimento e é uma resposta para a situação de violência, reconhecendo que é importante ter políticas específicas. Com essa lei, novos desafios surgem. Não se pode reduzir o combate apenas aos aspectos punitivos presentes na lei. É necessário lutar, principalmente, pelos aspectos da lei que contribuem para que as mulheres não sofram violência como as ações educativas e políticas de prevenção.

As estimativas apontam que as tabalhadoras do campo sofrem mais violência doméstica que as urbanas. No entanto, para elas, as políticas públicas têm ficado apenas no

imaginário. As dificuldades para enfrentar e romper o silêncio para denunciar são enormes, tanto do ponto de vista do medo, mas também das condições concretas. As delegacias funcionam mal, estão a quilômetros de distância de suas comunidades, acampamentos e assentamentos. Para elas, o rompimento da violência passa por outros instrumentos, como ação coletiva local. São inúmeras as vezes que recorrem às famílias, amigas, grupos de mulheres, associações.

A violência sexista se estende a todos os espaços e relações onde as mulheres estão. Em muitos locais ou setores de trabalho, o assédio sexual é componente estruturante das relações de trabalho. Lembremos também que os locais públicos, a volta da escola ou do trabalho à noite,

### PIB x Salário

Em 1964, os salários totalizavam cerca de 55% do PIB. Em 2002, não passavam de 36%. Aumentar o salário mínimo a partir do crescimento do PIB é pouco para nós. Queremos que a porcentagem do PIB gasta em salários aumente. Por isso, nossa proposta de valorização do salário mínimo tem a meta de alcançar 60% do valor do PIB, dividido pelo número de pessoas com mais de 14 anos que trabalham, o que equivale ao valor de R\$ 1031,00.

continuam sendo o espaço e o momento em que ocorrem os estupros.

Um dado que revela a magnitude da violência são os assassinatos de mulheres por maridos, namorados ou ex-maridos e ex-namorados. Esse dado expõe que as mulheres assassinadas viviam sob uma relação de violência que, ao não ser rompida, levou-as à morte. Por isso, coloca em debate, mais uma vez, o quanto o combate à violência exige um conjunto de políticas e o envolvimento de toda a sociedade para preveni-la.

### Erradicar a violência é o que queremos!

Compreender as bases de sustentação da violência contra a mulher é fundamental para encontrar os mecanismos não apenas para romper com a violência, mas de se antecipar a ela. Esse tem sido um dos caminhos construídos pela Marcha Mundial das Mulheres.

Com o avanço do conservadorismo, percebe-se o aumento do machismo e da violência, portanto, temos que, cada vez mais, relacionar a luta contra a violência sexista com a luta global contra o capitalismo, que é machista, racista e homofóbico.

O aprofundamento do modelo capitalista e machista sob o neoliberalismo fez com que se aprofundasse o tráfico e a escravidão das mulheres, com um brutal aumento da indústria da prostituição. Ao mesmo tempo que, em nossos países, continua crescendo o turismo sexual como uma das principais atividades econômicas em muitos locais. No caso do Brasil, há um intenso tráfico de mulheres em nível interno, ou seja de estados do norte para o nordeste, sudeste e sul ou outras rotas.

A Marcha Mundial das Mulheres entende que a luta contra a violência é parte de nossa luta geral para construção de autonomia das mulheres. Ela tem que ser vista a partir de um ponto de vista geral, que passa pelo combate e punição de todas as formas de violência.



Entusiasmo na preparação do I Encontro Nacional da MMM, maio de 2006.

O fortalecimento da organização das mulheres através dos grupos de mulheres, rodas de conversas, debates, manifestações, contribui para que as mulheres construam novas formas de enfrentar a violência, que saiam do isolamento, procurem ajuda, fortaleçam sua auto-estima e consigam pensar em construir e reconstruir suas vidas sem violência.

### Autonomia é ter soberania sobre corpo e a sexualidade

Esse modelo trata como coisas banais o corpo, a sexualidade e a vida das mulheres. Muitas mortes de mulheres poderiam ser evitadas se houvesse um bom atendimento à saúde, em particular ao parto, a prevenção do câncer de colo do útero e de mama. Ou mesmo se conseguíssemos evitar os assassinatos de mulheres. Mas é, na realidade, o aborto clandestino que evidencia de forma mais cruel a grande hipocrisia e descaso com a vida das mulheres. E mais uma vez, essa é uma realidade de mulheres pobres, em sua maioria, negras. Por isso, o movimento de mulheres defende que as mulhe-

res possam recorrer ao aborto seguro diante de uma gravidez indesejada. Por aborto seguro, entendemos aquele que não está criminalizado e é garantido pelo Estado na rede pública de saúde.

### Mulheres em movimento mudam o mundo e mudam a vida das mulheres

Acreditamos que só as mulheres organizadas, em movimento e unidas a outros movimentos conseguiremos transformar as relações de exploração, opressão e discriminação.

Em 2007, a Marcha Mundial de Mulheres estará:

- na luta contra o agro-negócio, por reforma agrária e por soberania alimentar com igualdade e autonomia para as mulheres;
- na Marcha das Margaridas, organizada pela mulheres da Contag (Confederação dos Trabalhadores da Agricultura) e um conjunto de organizações parceiras, que levarão 50 mil mulheres a Brasília em agosto como o lema: “2007 razões para marchar contra a fome, a pobreza e a violência”;

### Entre em contato conosco

[www.marchamundialdasmulheres.org](http://www.marchamundialdasmulheres.org)  
[marchamulheres@sof.org.br](mailto:marchamulheres@sof.org.br)  
 Fone/fax: (11) 3819-3876



### Coordenação Executiva da Marcha Mundial das Mulheres

Camtra - Casa da Mulher Trabalhadora  
 Centro Feminista 8 de Março  
 Comissão Nacional de Mulheres da Contag  
 Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT  
 Setorial de Mulheres da Central de Movimentos Populares  
 Setorial de Mulheres da União Nacional por Moradia Popular  
 SOF - Sempre Viva Organização Feminista  
 Apoio: CESE

■ na resistência ao livre mercado, denunciando a mercantilização da vida e do corpo das mulheres, o que inclui ter autonomia para decidir sobre nossas vidas, o direito de viver sem violência e de interromper uma gravidez não desejada. Contra a imposição de padrões de beleza, de comportamento e de consumo;

■ na construção de propostas alternativas, em conjunto com nossas aliadas e aliados por um projeto de integração dos povos para toda América Latina, que incorpore a soberania, autonomia e igualdade para as mulheres;

■ por valorização do salário mínimo como uma política de distribuição de riqueza, que beneficiará a maioria das mulheres, em particular, as mulheres negras e camponesas. Pela igualdade no trabalho fora e dentro de casa;

■ denunciando o imperialismo que impõe as guerras, a militarização e a dívida para nossos povos. Coclamamos todas se unirem contra Bush no Brasil, na América Latina e no mundo;

■ querendo a solidariedade, e por isso, exigimos a retirada das tropas brasileiras do Haiti, e que se respeite o direito a auto-determinação de seu povo.

**Nossa luta é todo dia!  
 Somos mulheres e não mercadoria!!**